



ACÇÃO SOCIALISTA

REGULAMENTOS ELEITORAIS PARA **ELEIÇÃO DOS DELEGADOS AO CONGRESSO DA FEDERAÇÃO E PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO**

PRAZOS E PROCEDIMENTOS LEGAIS PARA CONGRESSOS FEDERATIVOS

// PÁG. 10 A 13

OPINIÃO

**RAMOS PRETO // MANUEL PIZARRO // IDÁLIA SALVADOR SERRÃO
JOSÉ JUNQUEIRO // CARLOS ZORRINHO**



COMISSÃO NACIONAL APROVA NOVOS ESTATUTOS POR LARGA MAIORIA

A PROPOSTA DE REVISÃO DOS ESTATUTOS OBTEVE 91% DE VOTOS FAVORÁVEIS E NENHUM CONTRA

// PÁG. 3



LIPP

Um movimento amplo e aberto de debate

// PÁG. 4



EM DEFESA DO INTERIOR E DA SAÚDE

CLARO QUE HÁ ALTERNATIVAS À POLÍTICA DESTE GOVERNO

// PÁG. 6

ENTREVISTA



RUI SOLHEIRO, PRESIDENTE DA ANA-PS
“Refundação do PS é o que está a acontecer”

Com a liderança de António José Seguro iniciou-se um ciclo de mudanças no seio do PS que está, desde já, a marcar a diferença e a mobilizar bases, dirigentes e independentes em torno de propostas sérias para o partido e para o país.

// PÁG. 8

ENTREVISTA

CATARINA MARCELINO, PRESIDENTE DO DNMS

“NÃO QUEREMOS SER APARTE, QUEREMOS SER PARTE DO PARTIDO”



O Departamento Nacional de Mulheres Socialistas não é um reduto de chá das tias, mas uma estrutura de discriminação positiva que existe para fazer política, para ser útil e ajudar o partido, sendo parte dele.

// PÁG. 14

“A nossa juventude está a ser abruptamente empurrada para o desemprego. E, mesmo quando tem emprego, para a pobreza!”

EDITORIAL

JUVENTUDE: DEVASTADOS PELA POBREZA



Marcos Sá
marcos.sa@ps.pt

Quero partilhar com os leitores um dos problemas que mais me preocupam no contexto económico e social que somos obrigados a reviver todos os dias: o emprego e o desemprego jovem.

Dos 441 mil jovens ativos, 156 mil estão desempregados. Dos que têm trabalho, 60% ganham menos de 600 euros por mês. O ordenado médio dos jovens empregados por conta de outrem é cerca de 540 euros. E só um em cada 40 jovens ganha mais do que 900 euros por mês.

Este é o estado em que nos encontramos. Os números são preocupantes, mas por trás dos números estão pessoas, o futuro do nosso país e a realização de muitos milhares de jovens portugueses que estão desolados e sem esperança.

Sem juventude motivada e realizada não teremos futuro enquanto país. Esta é a minha convicção.

A nossa juventude está a ser abruptamente empurrada para o desemprego. E, mesmo quando tem emprego, para a pobreza!

É revoltante verificar que a geração mais qualificada de sempre terá dificuldades em ganhar tanto como os pais. Terá que sair cada vez mais tarde de casa dos pais, tratar os recibos verdes por tu e até voltar a estudar porque o trabalho desistiu deles. Sem emprego e sem o apoio do Estado, os jovens do nosso país estão a ser verdadeiramente devastados pela pobreza.

Esta realidade é assustadora. São jovens, mas não podem sonhar. Estão proibidos de se realizarem profissionalmente. Proibidos de construir uma família. Proibidos de se tornarem independentes. Proibidos de serem felizes.

E o PS tem que marcar a diferença, lançando ideias e políticas que voltem a dar esperança à nossa juventude, porque sem a sua força, energia e determinação não seremos capazes de construir um país equilibrado e com futuro. Esta realidade precisa de soluções urgentes e por isso é um bom tema para o Laboratório de Ideias aprofundar e discutir em conjunto com a sociedade civil.

A União Europeia calculou que só iríamos regressar a níveis de emprego pré-crise em 2025. Nessa altura o mais provável é já os considerarem velhos para trabalhar. Lá fora eles derrubaram ditadores. Que papel vamos dar a esta geração no desenvolvimento do nosso país? Temos a obrigação de salvar esta geração! Com novas políticas e ideias. ●

FRANÇOIS HOLLANDE

O candidato da mudança

Desde a apresentação da candidatura de François Hollande que as sondagens continuam a dar-lhe uma quase igualdade com Sarkozy na primeira volta mas uma sólida vantagem à segunda (55% vs. 45%).

Vive-se a expectativa de que a França pode mudar já no próximo dia 6 de maio, dando força ao “slogan” da campanha do candidato socialista: “Le changement c’est maintenant”.

O que pode mudar em França? François Hollande centra a sua campanha interna na procura de soluções para a crise económica e financeira, o desemprego, a recessão e a austeridade.

A França sente hoje o aumento do custo de vida, a insegurança e o ambiente degradado. O futuro dos jovens e o financiamento das reformas é incerto. A deslocalização de indústrias e a falta de rentabilidade da agricultura agravam o desemprego e a economia. A responsabilidade desta situação é atribuída pelo candidato, ao capital financeiro que tomou o controlo da economia, da sociedade e das vidas dos franceses. Resulta igualmente das políticas injustas, ineficazes e imorais que foram implementadas nos últimos dez anos.

Concluindo que o que está em causa é a soberania da República Francesa face aos mercados, François Hollande propõe me-



didadas para reorientar a França, das quais se salientam as da área económica e financeira: instituir um banco público de investimentos; colocar os bancos ao serviço da economia, separando as atividades que são úteis ao investimento e ao emprego daquelas que são puramente especulativas; propor a criação de uma taxa sobre todas as transações financeiras; iniciar uma grande reforma fiscal, invertendo as taxas favoráveis às grandes fortunas instituídas em 2011 pela direita; preservar o estatuto público das empresas detidas maioritariamente pelo Estado; combater o desemprego e lutar contra a precariedade.

Apostar no crescimento e emprego

É também na área económica e financeira que o candidato se compromete a lutar por propostas de maior rotura com o passado, nomeadamente: renegociar o tratado europeu, privile-

giando o crescimento e o emprego e reorientando o papel do banco europeu nessa direção; propor aos parceiros alemães a elaboração de um novo tratado franco-alemão, 50 anos após o tratado do Eliseu; criar uma agência de notação pública europeia; e promover a criação dos eurobonds.

A vitória de Hollande e a implementação das medidas anunciadas para a Europa podem ser decisivas para a inversão do ciclo de crise, recessão e austeridade provocadas pela submissão das democracias ao poder financeiro internacional.

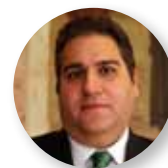
Em Paris, no pavilhão Jean Jaurès, repleto de concidadãos originários dos territórios ultramarinos franceses, Hollande afirmou que quando for Presidente vai propor a extinção da palavra raça na Constituição francesa, pelo sentido pejorativo que a mesma adquiriu. O seu discurso é o de unir todos os franceses independentemente da cor da pele ou do local de nascimento. Unir todos os povos que fazem parte da República Francesa.

Será ele também capaz de se tornar o líder de um novo impulso histórico em que se unam os povos da Europa e as democracias voltem a ser soberanas face aos mercados? É essa a esperança de muitos europeus. ● VITOR MIRANDA

ECONOMIA

Internacionalização é fundamental para o crescimento económico

A prioridade da consolidação orçamental não é incompatível com medidas de apoio ao crescimento económico que devem passar pela aposta na internacionalização da nossa economia. Esta é a ideia transmitida pelo deputado socialista Rui Paulo Figueiredo, membro da Comissão Parlamentar de Economia e Obras Públicas, que aponta caminhos alternativos de crescimento económico à atual política do Governo baseada na “austeridade” e “empobrecimento”. Este é, na opinião do deputado do PS, “um paradigma de desenvolvimento profundamente errado e injusto que conduz, como estamos a ver, pelo crescente número do desemprego, falências de empresas e agravamento do clima económico”.



Rui Paulo Figueiredo

Segundo Rui Paulo Figueiredo, é “preocupante” a “falta de estratégia, visão e ambição” do Executivo de direita em relação às empresas exportadoras, sublinhando, a propósito, que “as exportações têm sido o pilar fundamental da economia portuguesa”. E, por isso, Rui Paulo Figueiredo não tem qualquer dúvida em classificar de “desastre” a política do ministro da Economia. Quanto a medidas que poderiam ajudar as empresas exportadoras, o deputado do PS defende a criação de “um Fundo

de Capitalização das PME participado pelo Estado e pelas principais instituições financeiras portuguesas”, a “negociação do alargamento da linha de crédito do Banco Europeu de Investimento prevista no Orçamento de Estado para 2012” e ainda a criação de “condições de pré-financiamento das exportações através de empresas que prestam o serviço de seguro de crédito”.

Rui Paulo Figueiredo traça uma linha de demarcação clara quanto às opções económico-financeiras do Governo de direita, reiterando que “a prioridade incontornável da consolidação orçamental não substitui o apoio ao crescimento económico, pelo contrário, articula-se com este”.

● J. C. CASTELO BRANCO

Estatutos reforçam participação dos militantes

A Comissão Nacional do PS, reunida na Guarda, aprovou, no dia 31 de março, em votação final global, a proposta de revisão dos estatutos, que obteve 91% de votos favoráveis e nenhum contra.



Com estas alterações estatutárias, que resultam de um intenso debate interno em que os militantes tiveram forte participação, os candidatos do PS a deputados e presidentes de câmaras vão passar a ser escolhidos por eleições diretas dos militantes.

Outra das novidades dos novos estatutos, que configuram uma modernização do partido, é que

os mandatos dos órgãos nacionais passam a ter a duração das legislaturas, tendo o líder socialista de se sujeitar a congresso três meses após as eleições legislativas.

Falando aos jornalistas no final do órgão máximo ente congressos, António José Seguro considerou que a “estratégia” da sua direção saiu reforçada. “Há uma grande adesão

por parte dos dirigentes do PS. Fui eleito (secretário-geral) com 68% e hoje houve votações próximas dos 90%. Isto é um sinal de que estamos a unir o PS”, defendeu.

O secretário-geral do PS salientou ainda que, “pela primeira vez em Portugal, há um partido que vai utilizar as diretas para a escolha dos candidatos a presidentes de câmaras e dos

candidatos a deputados. É uma inovação”.

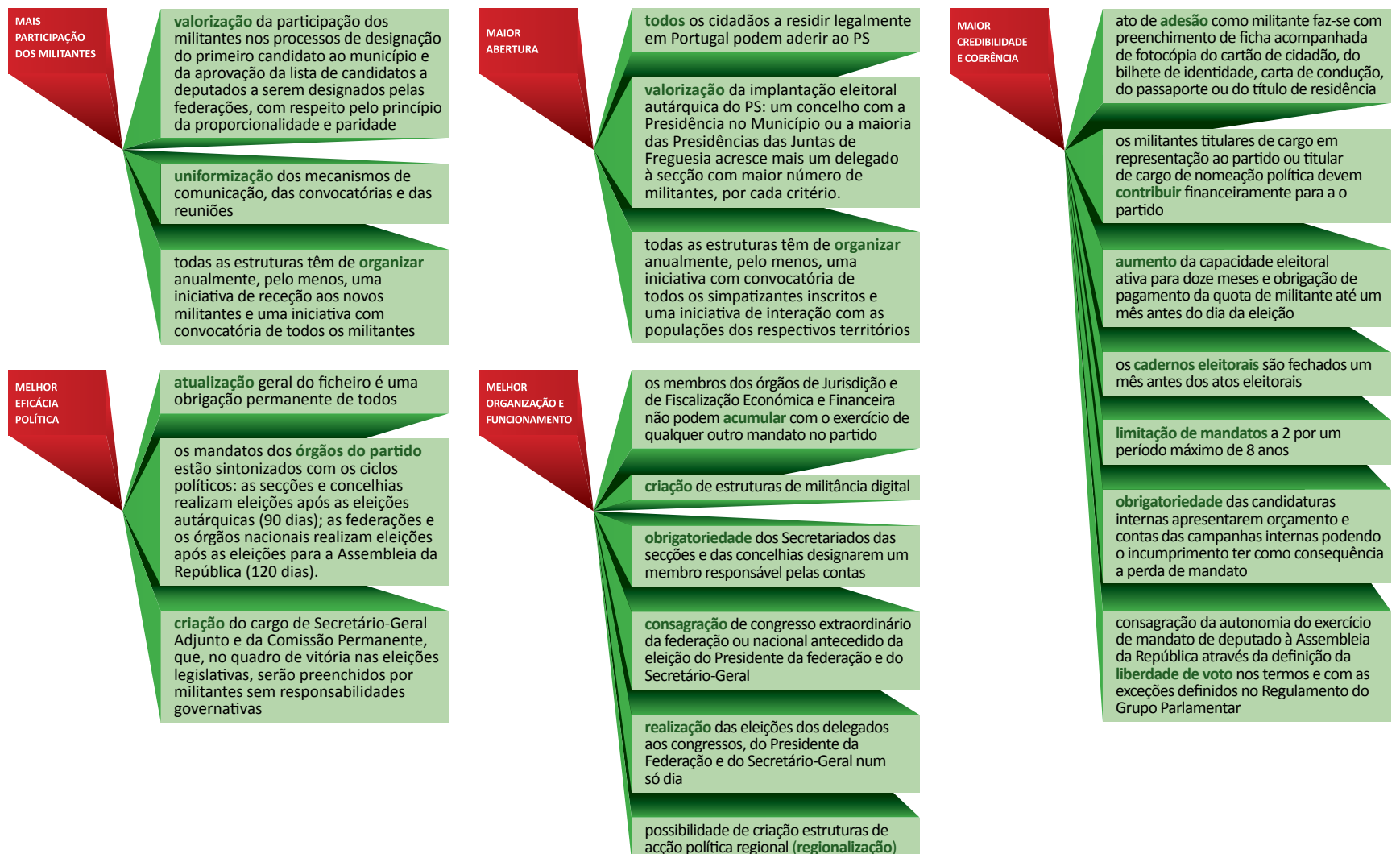
Já o secretário nacional para a Organização, Miguel Laranjeiro, afirmou que “este resultado, que não registou qualquer voto contra, significa que o longo trabalho de seis meses que foi feito junto dos militantes teve aqui um resultado muito significativo”.

E acrescentou: “Fica aprovada

uma abertura do partido aos militantes, quer na escolha do primeiro candidato às autarquias, quer na escolha pelas federações dos candidatos a deputados”.

Miguel Laranjeiro considerou ainda que o PS “deu um passo em torno de participação cívica dos militantes”, sublinhando que “é um grande momento de abertura e que ficará na história da democracia portuguesa”. • J.C.C.B.

PRINCIPAIS ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS APROVADAS





LIPP

Nova etapa na construção de uma alternativa

O Conselho Coordenador do Laboratório de Ideias e Propostas para Portugal (LIPP) foi apresentado no Museu da Eletricidade, em Lisboa, numa sessão que contou com a presença de António José Seguro. **J. C. CASTELO BRANCO**

O LIPP, que tem como objetivo preparar um programa político para apresentar nas eleições legislativas de 2015, tendo como horizonte de aplicação 2024, conta no seu conselho coordenador com Alfredo Bruto da Costa, Gustavo Cardoso, Helena Freitas, João Cardoso Rosas, Júlio Pedrosa, Sara Medina, Francisco Assis, Maria João Rodrigues e Rui Grilo.

Na sua intervenção, o secretário-geral do PS afirmou que o LIPP “é uma nova etapa na construção de uma alternativa com as pessoas e para as pessoas”, porque, frisou, “só um país mobilizado pode enfrentar as dificuldades e vencer”.

Seguro definiu o LIPP como “um movimento amplo, aberto e que funciona como uma plataforma que contagie e envolva mais pessoas na discussão que vão realizar”.

“É uma nova cultura que se apresenta, é uma renovação do contrato social que vá muito para além da circunstância política e das presentes gerações. É um compromisso com todos os portugueses e com as futuras gerações”, disse.

O secretário-geral do PS fez um violento discurso contra a “receita neoliberal” assente na “tirania do dinheiro e dos mercados” que no nosso país tem um fiel seguidor, o primeiro-

-ministro, “um líder de braços caídos”, que aponta aos portugueses como saídas para a crise “o empobrecimento e a emigração”.

Perante o cortejo de horrores que está a provocar a ideologia neoliberal dominante, “recessão económica, mais desempregados, mais precariedade, mais pobreza e mais exclusão social”, Seguro considerou que “a democracia não pode sobreviver perante tamanhas injustiças, face a tantas desigualdades, perante o declínio da classe média, face a partidos distantes dos problemas das pessoas e confrontada com a geração mais qualificada de jovens portugueses cujo de-

semprego atinge os 35%”.

Por isso, sublinhou, chegou a hora de afirmar que “há outro caminho, que coloca as pessoas em primeiro lugar” e que aposta, nomeadamente, na qualificação, criatividade, inovação, investigação e inteligência dos portugueses.

Defendendo um “Estado estratega, regulador e solidário”, Seguro voltou a zurrir forte na direita ao reafirmar que “sectores como a saúde, a educação, a Segurança Social e a Justiça não podem estar sujeitos aos critérios do mercado ou funcionarem como assistencialismo ou caridade, apanágio do atual Governo”. ●

“O LIPP é uma nova etapa na construção de uma alternativa com as pessoas e para as pessoas em Portugal. Só um país mobilizado pode enfrentar as dificuldades e vencer”

“O LIPP não é criado em véspera de eleições para ‘eleitor ver’. É uma proposta a pensar em 2024. Será apresentada aos portugueses em 2015 para executar em duas legislaturas. Três anos de preparação e nove anos de execução”

“Aos braços caídos de quem nos governa contrapomos a responsabilidade de fazer melhor”

“As sociedades ocidentais permitiram a construção de uma nova tirania: a tirania do dinheiro e dos mercados”

“Esta receita liberal continua a provocar o empobrecimento da maior parte da população, dizimando a classe média, criando uma nova classe de precários e provocando a acumulação de lucros colossais para uns poucos”

Um projeto para apresentar propostas e ideias



António José Seguro manifestou grande satisfação por mais de 1500 portugueses já terem aderido ao Laboratório de Ideias e Propostas para Portugal (LIPP), um projeto do PS para refletir sobre o país e preparar propostas de governação progressistas, com especial enfoque nos cidadãos mais vulneráveis.

“É muito gratificante saber que num momento da vida nacional neste momento já há mais de 1500 portugueses que se inscreveram neste projeto”, afirmou o secretário-geral, em Coimbra, no final da primeira reunião do Conselho Coordenador do LIPP.

Segundo sublinhou António José Seguro, este é um projeto “aberto à participação dos portugueses”, para “pensar o país, para refletir sobre Portugal, para apresentar propos-

1500

tas e ideias” que “possam minorar as dificuldades” e “possam resolver muitos problemas” que o país enfrenta. “Trata-se de uma forma diferente de pensar o país, também para agir de modo diferente e com novas soluções para os problemas dos portugueses, que estão tão carenciados”, disse. O Laboratório de Ideias e Propostas para Portugal tem como objetivo preparar um programa político para apresentar nas eleições legislativas de 2015, tendo como horizonte de aplicação 2024 – quando se assinalam os 50 anos do 25 de Abril. ● J.C.C.B.

tas e ideias” que “possam minorar as dificuldades” e “possam resolver muitos problemas” que o país enfrenta.

“Trata-se de uma forma diferente de pensar o país, também para agir de modo diferente e com novas soluções para os problemas dos portugueses, que estão tão carenciados”, disse.

O Laboratório de Ideias e Propostas para Portugal tem como objetivo preparar um programa político para apresentar nas eleições legislativas de 2015, tendo como horizonte de aplicação 2024 – quando se assinalam os 50 anos do 25 de Abril. ● J.C.C.B.

UM CONSELHO COORDENADOR DE EXCELÊNCIA

Presidido pelo secretário-geral do PS, António José Seguro, o LIPP tem no seu Conselho Coordenador um conjunto de personalidades de excelência em diversas áreas e com um elevado sentido de defesa do bem comum.



ALFREDO BRUTO DA COSTA
Investigador



JOÃO CARDOSO ROSAS
Docente na Univ. do Minho



FRANCISCO ASSIS
Deputado



GUSTAVO CARDOSO
Professor universitário



JÚLIO PEDROSA
Ex-ministro da Educação



MARIA JOÃO RODRIGUES
Ex-ministra do Emprego



HELENA FREITAS
Professora na Univ. de Coimbra



SARA MEDINA
Adm. da Soc. Portuguesa da Inovação



RUI GRILLO
Gestor

“Uma boa política de reabilitação urbana tem de ser conjugada com uma reforma da lei do arrendamento urbano, gradualista e reformista. Lei que equilibre os direitos dos inquilinos e dos senhorios”

NOVA LEI DO ARRENDAMENTO: O LADO ERRADO DA ESTRADA



Ramos Preto

ramospreto@ps.parlamento.pt

Em tempos de crise e de forte austeridade económica, o país não necessita de mais perturbação social, mas sim de motivação e de esperança num futuro melhor.

Precisa de mais investimento e de um Governo que promova uma justa concertação dos interesses em presença, em todos os sectores da atividade económica nacional.

Uma boa política de reabilitação urbana tem de ser conjugada com uma reforma da lei do arrendamento urbano, gradualista e reformista. Lei que equilibre os direitos dos inquilinos e dos senhorios, sem que da mesma resulte animosidade entre uns e outros, nem uma revanche social que venha exacerbar conflitos desnecessários.

A proposta do Governo, neste tempo de angústia social, acentua o carácter depressivo que resulta da grande maioria das medidas que está a impor aos portugueses, demonstrando uma enorme insensibilidade social e um caminho que só nos leva a uma austeridade ainda mais severa. O Governo aproveita o memorando de entendimento para violar e viciar o contrato político que o PSD apresentou ao eleitorado e para ignorar o Programa de Governo que foi aprovado pela Assembleia da República. Nesse Programa eleitoral e de Governo é claramente referido que os contratos de arrendamento anteriores a 1990 passariam por um regime transitório de 15 anos, findos os quais se aplicariam as regras do Novo Regime de Arrendamento Urbano.

Sendo certo que, de 2010 a 2011, os contratos anteriores a 1990 diminuíram de 440.410 para os atuais 255.536, é bem possível que daqui a 15 anos, a manter-se o mesmo ritmo de cessação, este tipo de contratos seja muitíssimo residual no mercado de arrendamento.

O Governo, à revelia de todos os seus compromissos políticos, quis ir para lá do seu próprio programa, violando-o e promovendo uma aceleração insensível da transição desses contratos, anteriores a 1990, para um regime jurídico que vai fazer aumentar as rendas de forma desmedida, extemporânea, insensível e que já está a criar fortíssima angústia e medo e pode transformar muitos dos mais carenciados em verdadeiros sem-abrigo.

O Partido Socialista, com o seu projeto, protege os inquilinos mais carenciados, salvaguarda uma classe média cada vez mais empobrecida, reequilibra os interesses dos senhorios e protege os dos pequenos e médios comerciantes das grandes cidades.

A concertação económica e social não pode ser só uma figura de retórica.

Neste particular da lei das rendas, o Governo de direita optou pela desconcertação social, apontando para o lado mais negro do caminho.

Optou pelo lado errado da estrada.

O projeto de lei do Partido Socialista, que é um projeto gradualista e reformista, vem demonstrar, à evidência, que, com um Governo socialista, o caminho para cumprir o Memorando de Entendimento promoveria a transição do regime das rendas antigas para o novo regime num clima de compromisso e salvaguarda da estabilidade económica e emocional tão necessária ao progresso e ao desenvolvimento do nosso país. ●



DOUTRINA LIBERAL ESTÁ A ESPALHAR DESIGUALDADE

Há outras soluções políticas para Portugal

Por mais que a maioria de direita insista em pregar as virtudes da sua política, o país já compreendeu que há mais vida e melhores alternativas para lá das suas propostas.

Isto mesmo tem vindo a provar o PS com um conjunto vastíssimo de outras propostas e caminhos que desmentem por completo esta obsessão da direita. Os recentes fóruns sobre o interior e a saúde confirmam isso mesmo: que o país podia ter outro presente e, sobretudo, outro futuro. **RUI SOLANO DE ALMEIDA**

“Em Defesa da Saúde”

Sob o lema “Avaliar o presente, perspetivar o futuro” o PS organizou entre 12 e 17 de março, a semana da saúde com o objetivo de defender o que o secretário nacional do PS Álvaro Beza classificou como a defesa da “herança” dos anteriores governos socialistas e mostrar que é possível fazer reformas mantendo o acesso universal ao Serviço Nacional de Saúde (SNS).

Para Beza, esta iniciativa veio demonstrar que o SNS tem passado, presente mas sobretudo futuro, e que o PS está aberto a cooperar numa reforma construtiva, não deixando de criticar o aumento “brutal” das taxas

moderadoras e do transporte de doentes, recentemente aprovadas pelo Governo, e que, na perspetiva do PS, estão a prejudicar o acesso ao SNS.

Também António José Seguro acusou o Governo de estar a “afastar os portugueses dos cuidados de saúde”, indicando a este propósito, as menos 150 mil consultas no SNS em janeiro em relação a igual mês de 2001, culpando o Executivo por não ter uma estratégia para o sector.

Depois de defender que “é possível reduzir custos mantendo ou aumentando os cuidados de saúde” no âmbito do SNS, o líder do PS apontou como uma das soluções as unidades de saúde fa-

miliares que “são um caso muito positivo e que devem continuar”. Lamentou que existam unidades de cuidados continuados prontas para abrir e acolher doentes em condições mais económicas para o Estado, mas que o Governo persista em não concluir os contratos.

Para Seguro, será necessário continuar a investir na inteligência nacional, considerando “criminoso” desinvestir na área da investigação ligada à saúde.

Esta semana arrancou na Cidade Invicta, com uma visita ao Instituto de Patologia e Imunologia Molecular da Universidade do Porto (IPATIMUP), dirigido pelo investigador Manuel Sobrinho Simões, a

que se seguiu uma deslocação ao IPO e um encontro com a Secção Regional do Norte da Ordem dos Médicos. A noite ficou reservada para um debate sobre o SNS na Federação do PS/Porto.

No IPATIMUP, um dos dois centros mais avançados do mundo na investigação do cancro, o outro está em Filadélfia, o secretário nacional Álvaro Beza, lamentou que o Governo ainda nada tenha dito aos laboratórios de investigação se vai ou não desbloquear os oito milhões de euros necessários para projetos de investimento comunitário oriundos do QREN, sublinhando que com este dinheiro o Estado só precisa de gastar oito milhões de euros por

ano para todos os laboratórios de investigação em Portugal.

Depois de recordar que a área mais desenvolvida em Portugal em termos de investigação são as áreas da saúde, Beza salientou que este seria um tema que o “país devia olhar com alguma atenção e cuidado”.

Desta semana em defesa da saúde fizeram ainda parte visitas ao centro de saúde de Alfândega da Fé, no distrito de Bragança, em que participou a presidente do PS, Maria de Belém, e o deputado e vice-presidente da bancada parlamentar socialista Mota Andrade, uma deslocação do secretário-geral à unidade de cuidados continuados integrados em Portimão, à urgên-



ÁLVARO BELEZA

Seguro tem “um sentido da História que é fundamental num governante”.

“O Serviço Nacional de Saúde é uma bandeira socialista”

ESTÁ TUDO A SER FEITO AO CONTRÁRIO

António José Seguro acusou o Governo de estar a transferir custos elevadíssimos para as pessoas e a dificultar o seu acesso a cuidados essenciais de saúde. No Porto, o líder do PS mostrou-se preocupado com os cortes cegos na área da saúde que “estão a pôr em causa o acesso básico ao SNS”.

UM RELATO PUNGENTE

“É inadmissível” que se deixe um doente sem uma transfusão de sangue por falta de transporte, acusou Álvaro Beleza, depois de ouvir o relato de Carolino Leitão, um idoso de 78 anos de Alfândega da Fé.

Para o presidente do PS/Bragança, Diamantino Lopes, são casos como estes que “levam a especular que o Governo tem como objetivo provocar a morte de pessoas com idade avançada para não pagar reformas”.

ANTÓNIO JOSÉ SEGURO

Seria “criminoso” desinvestir na investigação da saúde. Quanto à alegada falta de verbas para futuros apoios do Estado a projetos de investigação na área da saúde, Seguro defendeu que “se a Lusoponte devolver o dinheiro ao Estado, este já tem uma boa participação para responder a uma parte da componente nacional para a investigação”.

POR UM PAÍS COESO E SOLIDÁRIO

O PS irá realizar uma conferência sobre o interior todos os anos, garantiu o líder socialista, que testemunhou as enormes dificuldades por que passam as populações do interior, resultantes dos cortes nos investimentos por parte do Governo.

SEGUROS DE COLHEITA

Em Moimenta da Beira, o líder do PS ouviu os agricultores queixarem-se da alteração do modelo dos seguros de colheita que estava em vigor desde 1996.

PASSOS FOGÊ À RESPONSABILIDADE

“Está na altura de Passos Coelho parar de se desculpar com o anterior Governo do PS e assumir as suas próprias responsabilidades”.

cia do hospital de Faro e ao laboratório de saúde pública, igualmente na capital algarvia, e às unidades de saúde familiar em Olhão.

A iniciativa contou ainda com uma reunião, em Lisboa, com a União das Misericórdias Portuguesas, uma visita à urgência do hospital São José, tendo a semana em defesa da saúde terminado em Coimbra com intervenções do deputado António Serrano e de Adalberto Fernandes e Constantino Sakellarides, da Escola Nacional de Saúde Pública. O fórum contou ainda com a presença do fundador do SNS, António Arnaut, tendo o líder socialista encerrado o encontro com uma intervenção onde revelou que o PS está a estudar novas formas de financiamento do Serviço Nacional de Saúde.

“Em Defesa do Interior”

O interior foi desde sempre para o PS uma das bandeiras fundamentais em defesa do progresso e bem-estar económico e social de Portugal. Com estas jornadas, onde se debateram os caminhos para a revitalização do interior, os socialistas demonstraram, também pela enorme adesão e participação das comunidades locais, agentes económicos, académicos e culturais,

que um interior forte e dinâmico não constitui um custo mas antes uma mais-valia para o país.

Estas jornadas, que se prolongaram por sete dias, levaram o secretário-geral socialista, António José Seguro, a percorrer os distritos de Bragança, Guarda, Vila Real, Portalegre, Beja, Évora, Viseu, terminando numa conferência nacional em Castelo Branco.

Um périplo onde o líder do PS alertou para as dificuldades por que passam as pessoas e as empresas do interior, tendo acusado repetidamente o Governo de ser o principal responsável pelo afastamento das pessoas que vivem e trabalham nestas zonas do país, reclamando maior proximidade entre serviços públicos e as populações.

Seguro lembrou os “cortes cegos” que o Governo tem vindo a fazer no interior em áreas como a Saúde, Justiça ou aplicando custos elevadíssimos aos transportes ou, ainda, na eventual extinção de freguesias “a régua e esquadro”, uma iniciativa que para Seguro é elucidativa da expressão de “quem não conhece o interior e a importância que uma junta de freguesia desempenha nesses locais”. ●

“O acesso universal aos cuidados de saúde está em grave risco e a sua defesa exige que todos nos mobilizemos para o combate em defesa do SNS”

ACESSO À SAÚDE ESTÁ EM GRAVE RISCO



Manuel Pizarro

mpizarro@ps.parlamento.pt

Ao longo dos oito meses do seu consulado, o ministro da Saúde do Governo PSD/PP tem alimentado uma contradição de consequências funestas para o Serviço Nacional de Saúde (SNS) e para os portugueses.

Afirma, em todas as ocasiões, o seu apego ao SNS e a sua determinação em defender o serviço público de saúde. Mas, na prática, assistimos a um conjunto de decisões avulsas, tecnicamente mal sustentadas, com avanços e recuos constantes.

É ainda cedo para avaliar, em toda a sua extensão, as consequências dessas medidas. Mas há já elementos muito preocupantes. Em janeiro de 2012 verificaram-se menos 150 mil atendimentos nos serviços de saúde em relação ao mesmo mês do ano anterior. Isto é, numa época do ano marcada pelo frio e pelo início da epidemia sazonal de gripe, o recurso aos serviços baixou.

A redução das consultas reflete o impacto da subida colossal das taxas moderadoras, da limitação do acesso aos transportes, da degradação das condições de vida de cada vez mais pessoas.

Também no mês de janeiro, o SNS realizou menos 1190 cirurgias do que em 2011, aprofundando uma tendência de redução de atividade que já vem dos meses finais do ano. Temos fundadas razões para temer que esteja em causa a melhoria conseguida entre 2005 e 2010, quando a mediana do tempo de espera se reduziu de 8,6 para 3,3 meses.

O recuo do SNS verifica-se noutros domínios. A criação de novas Unidades de Saúde Familiar está quase parada. Novas Unidades de Cuidados Continuados estão prontas mas não recebem luz verde do Governo para entrarem em funcionamento. Quase terminado o primeiro trimestre, a contratualização com os hospitais e as USF nem sequer começou.

Esta situação caótica revela impreparação do Ministério, incapaz de lidar com a complexidade dos problemas no domínio da saúde, mas denuncia também um plano para desvalorizar o SNS e uma profunda insensibilidade para com as consequências sociais e humanas que a redução da capacidade de resposta acarreta para as pessoas.

O acesso universal aos cuidados de saúde está em grave risco e a sua defesa exige que todos nos mobilizemos para o combate em defesa do SNS. ●

“O poder local está a ser vítima de um ataque sem precedentes”

Nunca como agora as autarquias portuguesas padeceram um estrangulamento financeiro tão grave, ao ponto de estarem à beira da ingovernabilidade, avisa Rui Solheiro, vice-presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses e presidente da ANA-PS. **MARY RODRIGUES**



Na qualidade de autarca com quase 30 anos de experiência, como descreve o atual panorama autárquico nacional?

Esta é, sem dúvida, a fase mais difícil do poder local democrático em Portugal desde a sua criação em 1976. O poder local está a ser vítima de um ataque sem precedentes. Está a ser posta em causa a capacidade financeira dos municípios para poderem executar bem as suas competências e as políticas de proximidade. Ao mesmo tempo, e em muitos casos, está também a ser posta em causa a sua autonomia. Entre 2010 e 2011 houve uma diminuição de 25% nas transferências do Orçamento de Estado para os orçamentos municipais e uma redução também significativa das receitas próprias em consequência da crise económica. A nova lei dos compromissos, além de pôr em causa a autonomia do poder local, vai paralisar o funcionamento das autarquias, criando grandes dificuldades à prestação de serviços essenciais às populações.

Quais são as principais dificuldades com que se defrontam hoje os municípios portugueses?

O estrangulamento financeiro das autarquias é um dos seus principais problemas. Além de sofrer uma quebra nas receitas próprias e nas transferências do

Orçamento de Estado, os municípios veem também paralisado o QREN, que é uma fonte importante de financiamento.

É preciso destacar que o QREN, apesar de não afetar o Orçamento de Estado, está paralisado, de uma forma incompreensível, há oito meses, mais precisamente desde a posse do atual Governo. Há todo um conjunto de condicionalismos, a nível financeiro, que estrangulam, de facto, a vida das autarquias. Tem havido cortes sucessivos por parte do Estado, perda de receitas próprias e não tem havido uma fonte financeira alternativa que ajude os municípios nesta conjuntura. Isto é insuportável.

O PS considera que a reforma do poder local deve iniciar-se pela aprovação de uma nova lei eleitoral autárquica. Que mudanças precisam de ser feitas a esse nível?

Uma lei eleitoral autárquica é, de facto, a grande base para se iniciar a reforma do poder local. À volta desta legislação devem surgir de forma concertada propostas de lei relativas aos diversos setores relacionados com a vida dos municípios que devem ser tratados de uma forma conjunta.

No que diz respeito à lei eleitoral autárquica, o PS defende uma eleição única para a Assembleia Municipal, órgão deliberativo,

sendo o primeiro da lista mais votada o candidato eleito para presidente de Câmara e podendo este constituir um Executivo homogéneo, isto é, um governo local. Devem ser reforçados os poderes da Assembleia Municipal, que será o verdadeiro órgão deliberativo e fiscalizador. Isto permite manter a transparência, criar condições de governabilidade, garantir os direitos

racionalização do número de freguesias. Já nas áreas rurais, e uma vez que muitas vezes as freguesias são o único elo de ligação entre os cidadãos e o Estado, elas devem ser preservadas.

Por outro lado, a proposta do Executivo nem sequer respeita o memorando da *troika*, na medida em que nele se estabelece a obrigatoriedade de assegurar os serviços de qualidade e de proxi-

ma de desenvolvimento nacional. Temos hoje um país macrocéfalo, onde grande parte do território está a despovoar-se. Isto é mais preocupante, ainda, após terem sido utilizados quatro quadros comunitários de apoio e pouco ou nada se ter avançado no sentido de um desenvolvimento mais equilibrado entre as diversas regiões do país.

Assim, entendo que a reorgani-

“A reorganização do território deve entroncar com a criação de regiões administrativas”

dade junto das populações. Importa frisar aqui que a proposta do Governo Passos/Portas é uma imposição feita aos municípios, pretendendo-se que a reforma obedeça a uma lógica de cima para baixo. Em contrapartida, o PS defende que sejam os municípios, através dos seus órgãos, a aprovarem as propostas para a reorganização do seu território. Acresce a isto a proposta de encerramento dos tribunais, que constitui mais uma ataque às zonas do país com menor densidade populacional, que veem a presença do Estado e a da Justiça de proximidade a afastarem-se, perigosamente, das populações.

Com a reforma administrativa do país virada para a extinção/fusão de freguesias com base em critérios numéricos e a reorganização da estrutura judiciária nacional, ambas feitas à revelia das reais necessidades das populações e sem ouvir os municípios, que papel resta às autarquias locais?

O PS é completamente contra a proposta da extinção de freguesias avançada pelo Governo na figura do ministro Relvas. As freguesias rurais e urbanas devem ser tratadas de uma forma diferenciada. O PS entende que nas áreas urbanas pode haver uma

reorganização do território deve entroncar com a criação de regiões administrativas, que serão instrumento fundamental ao serviço de um modelo de desenvolvimento mais solidário de todo o território nacional. Com as regiões, com os municípios e com as freguesias, é necessário descentralizar em termos de competências e fazer o acompanhamento desta descentralização com mais meios financeiros. É inaceitável que 90% das receitas públicas nacionais sejam administrados pelo Estado e apenas 10% pelo poder local, como acontece no nosso país.

A macrocefalia vai acentuar-se? Estamos perante um proble-

A política de austeridade do Governo de direita tem con-

tribuído para o agravamento da situação do poder local. Já apontou um cenário de ingovernabilidade autárquica. Quer explicar?

Tendo em conta a radiografia dos recursos financeiros do poder local, se o Governo mantiver a sua política de abandono dos municípios, sem dúvida que cairemos numa situação de ingovernabilidade muito prejudicial e perigosa.

Não reivindicamos mais do que aquilo que está a acontecer no país ao nível da Administração Central e Regional. Para resolver os problemas financeiros dos municípios reivindicamos um apoio financeiro correspondente ao peso da dívida dos municípios na dívida pública nacional, ou seja, o correspondente a 4,6% do apoio financeiro que o país recebe do exterior.

Na questão do financiamento autárquico, quais são, na sua

Bem, eu acho que o PS está a seguir o caminho certo. O secretário-geral fez, há pouco tempo, um roteiro pelo interior para auscultar e dialogar com as instituições e as pessoas e ouvir os problemas do interior de modo a poder elaborar e apresentar propostas concretas e adequadas. E no âmbito do LIPP – Laboratório de Ideias e Propostas para Portugal, existe uma área específica para tratar dos problemas do interior com o objetivo de vir a apresentar propostas de políticas para inverter a atual situação.

Agora, julgo que é óbvio que estas políticas devem passar pela criação das regiões administrativas, com legitimidade democrática, que planeiem e executem verdadeiras políticas de desenvolvimento regional.

São necessárias, também, novas medidas nacionais de incentivo ao investimento no interior, de apoio à deslocalização das em-

Em todos os municípios do país, e os dois referidos não são exceção, o PS tem a central preocupação de escolher os melhores protagonistas para liderar as suas listas, procurando ainda constituir equipas de qualidade que apresentem propostas e projetos sérios, credíveis e executáveis, que sirvam as reais necessidades das populações, capazes de mobilizar a sociedade civil e, desse modo, (re)conquistar a confiança dos eleitores.

Considera que é chegado o momento de avançar finalmente com a regionalização?

Sim, e até por maioria de razão porque o país está a negociar o próximo Quadro Comunitário de Apoio (QCA) para o período 2014-2020.

Julgo que se o próximo quadro comunitário fosse gerido com a participação das regiões administrativas teria, com toda a certeza, uma utilização dos fundos

“O QREN para as autarquias está paralisado há oito meses, desde a posse do atual Governo”

opinião, os modelos alternativos desejáveis e os mecanismos de controlo mais eficientes e aplicáveis ao nosso país?

Temos, desde logo, que caminhar para uma nova lei das finanças locais, tendo como objetivo o reforço das competências e do financiamento dos municípios.

Os municípios portugueses têm que ter uma participação em tudo o que são impostos nacionais, em particular nas receitas provenientes dos seus recursos endógenos.

Recentemente o Governo anunciou a criação de uma comissão para implementar esta reforma. É de todo incompreensível que ao PS, enquanto principal partido da oposição, não tenha sido dado espaço de participação neste processo de elaboração de propostas que, estou convencido, carece do envolvimento, além do Executivo, de todos os partidos e das instituições representativas dos municípios e das freguesias.

Mais uma vez, como vimos até agora, o Governo, nesta questão da lei das finanças locais, está fechado sobre si próprio.

Tendo em conta a situação de estrangulamento que o poder local atravessa, o que será preciso/possível fazer para que o interior não permaneça condenado à total desertificação?

presas, à inovação, ao aproveitamento de recursos próprios, de forma a começar a inverter este plano inclinado do interior para o litoral e começarmos a criar condições para que as populações regressem, permitindo um desenvolvimento do país mais equilibrado e mais solidário.

Está em discussão uma nova lei do arrendamento urbano. As alterações pretendidas abrem ou fecham janelas de oportunidades para o poder local?

Eu penso que, se houver políticas de incentivo e de apoio ao arrendamento urbano, ao nível nacional, num período de crise do sector da construção civil, naturalmente que estas ajudarão a dar respostas às necessidades de habitação das nossas populações.

2013 é ano de autárquicas. Como presidente da ANA-PS, pode adiantar quais são as metas socialistas para essa próxima batalha eleitoral?

Naturalmente que o objetivo do Partido Socialista é vencer as eleições autárquicas de 2013.

Com que trunfos contam os candidatos socialistas para a reconquista de câmaras-chave do nosso mapa autárquico, como Porto e Sintra, por exemplo?

européus ao serviço do desenvolvimento regional no sentido de tornar Portugal um país mais equilibrado em termos demográficos, económicos e sociais.

Muito se tem falado na “refundação do PS”. O que tem a dizer sobre isto?

Não sou propriamente um utilizador da expressão refundação do PS. Mas se devolver o partido aos militantes, se mobilizar os militantes para participar na definição das políticas, se trabalhar em equipa para que as políticas definidas pelo PS para as diferentes áreas de intervenção do Estado representem a opinião de todo o partido, se isto é refundação, então é o que está a acontecer no PS com a liderança de António José Seguro.

Como descreve a liderança de António José Seguro e que expectativas tem em relação a ela?

António José Seguro é, antes de mais, um exemplo de socialista, um grande humanista, um homem de grande estatura moral e política, com enorme capacidade de trabalho e liderança. Estou certo de que vai demonstrar ao país que o PS por ele liderado é capaz de mobilizar os portugueses à volta de uma alternativa séria à política de direita deste Governo. ●

“Por onde andarão os 50 milhões de euros anunciados em dezembro de 2011 pelo ministro Mota Soares, para apoio às organizações do terceiro sector da economia, que até à data não saíram do seu gabinete em Lisboa?”

TRABALHAR PARA A FOTOGRAFIA



Idália Salvador Serrão

idaliasalvadorserrao@ps.parlamento.pt

Quis o Governo de coligação PSD-CDS, em agosto de 2011, lançar um “Plano de Emergência Social”.

Matriz estratégica do PES? Não se consegue encontrar. Tão pouco Pedro Mota Soares nos dá pistas ou fornece o documento. Após várias diligências verificamos que não existe qualquer documento conceptual e metodológico que enquadre o PES. Apenas uma nota de imprensa que contém a intervenção proferida pelo ministro numa cerimónia pública.

Sem conhecermos o custo desagregado de cada medida, a transversalidade da sua implementação, o número de cidadãos que delas irão beneficiar e os recursos que lhe são dedicados, como vamos medir a sua eficiência, condição fundamental para fazer a avaliação política do Governo? Medidas avulsas, ideologicamente marcadas pelo assistencialismo, sem uma estratégia definida e muito pouco compromisso para quem se diz tão justo, exigente e assertivo. Das duas, uma: ou se trabalha para as pessoas ou se tenta ficar bem na fotografia.

Os problemas das famílias continuam a existir. Quanto pagarão estas por cada um dos anunciados 20 mil novos lugares em creche se a Segurança Social assume que os não irá compartilhar? Será que a colocação de mais crianças, no mesmo espaço e com as mesmas equipas, salvaguarda projetos pedagógicos com qualidade?

Quanto aos anunciados novos 10 mil lugares em lares de idosos, quem os vai pagar? Vai manter-se o número de técnicos e de funcionários para um maior número de idosos, muitos em situação de grande dependência? Se no mesmo espaço passam a estar mais idosos, dar-se-á a mesma atenção às condições de segurança?

E por onde andarão os 50 milhões de euros anunciados em dezembro de 2011 pelo ministro Mota Soares, para apoio às organizações do terceiro setor da economia, que até à data não saíram do seu gabinete em Lisboa? Quando e como serão distribuídos? Onde podem as organizações encontrar as regras para a sua atribuição?

Decidir pressupõe conhecimento, determinação e capacidade de planeamento. Pressupõe definir os destinatários das políticas públicas, propor objetivos, proceder à sua implementação e avaliar em que medida estes objetivos foram atingidos, mas acima de tudo, pressupõe trabalhar para as pessoas. Com respeito e com responsabilidade. Por tudo aquilo a que vamos assistindo, das duas, uma: ou o Governo trabalha para as pessoas e não seria mau que se mostrasse mais responsável, ou está apenas a “trabalhar para a fotografia”. ●



30 de junho ou 1 de julho 2012

CONGRESSOS FEDERATIVOS



1 ou 2 de junho 2012



Data recomendada para realização das eleições concelhias



2 de maio 2012

Limite para pagamento de quotas para ter capacidade eleitoral

DEPÓSITO BANCÁRIO

Em conta exclusivamente destinada a esse efeito:
Millennium BCP - Conta PS - Quotizações
NIB: 0033 0000 4523 4162 8730 5

MULTIBANCO

Selecione: Pagamento de Serviços
Entidade: 20132
Referência: (0000...+nº de militante), num total de 9 dígitos
Montante: mínimo aceite: € 6,00

EXCECIONALMENTE E APENAS POR CHEQUE, na sua Secção.
(A secção enviará a totalidade do montante à Sede Nacional)

Para qualquer questão, ligue para a
LINHA AZUL PS: 808 201 695



15 ou 16 de junho 2012

Eleições federativas para delegados aos congressos e presidentes de federação



31 de maio 2012

Limite para apresentação de candidaturas

TIMELINE

**A CAMINHO
DOS CONGRESSOS
FEDERATIVOS**



30 de novembro 2011

Data de inscrição

É necessário ter, no mínimo, 6 meses de militância para poder votar

REGULAMENTO ELEITORAL ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO

Comissão Nacional de 31 de março de 2012

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 1.º

ÂMBITO DO PRESENTE REGULAMENTO

O presente regulamento regula a eleição do Presidente da Federação.

ARTIGO 2.º

DO PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO

O Presidente da Federação coordena e assegura a orientação política do Partido na área da Federação e vela pela aplicação das deliberações dos órgãos federativos (n.º 1 do artigo 55.º dos Estatutos do Partido Socialista).

ARTIGO 3.º

COMISSÃO ORGANIZADORA DO CONGRESSO – COC

- Até 60 dias antes da data prevista para a realização do Congresso da Federação (até 2 de maio), a Comissão Política da Federação (órgão deliberativo), elege, sob proposta do Secretariado da Federação, a Comissão Organizadora do Congresso (COC), nos termos do n.º 2, do artigo 50.º, e da alínea d), do n.º 2, do artigo 53.º, dos Estatutos do Partido Socialista.
- A COC será composta por um número ímpar de cinco a nove militantes.
- As deliberações da COC serão tomadas por maioria simples.
- Compete à COC em especial:
 - Assegurar a regularidade de todo o processo organizativo do Congresso da Federação;
 - Elaborar o Regimento do Congresso da Federação, a distribuir por todos os delegados antes do início dos Trabalhos do Congresso;
 - Proceder à receção das Moções, textos de orientação política e outros documentos que devam ser apresentados ao Congresso da Federação;
 - Determinar o local de realização do Congresso da Federação;
 - Preparar e organizar o processo eleitoral do Presidente da Federação.

ARTIGO 4.º

CADERNOS ELEITORAIS PROVISÓRIOS

- Até 44 ou 45 dias anteriores ao ato eleitoral (até 2 de maio), o Secretariado Nacional, através do Departamento Nacional de Dados, emite os cadernos eleitorais provisórios, remetendo-os para todas as Secções do Partido Socialista e COC.
- Após a sua receção, a Mesa da Assembleia Geral ou no seu impedimento o Secretariado da Secção deverá afixar de imediato e em local bem visível, uma cópia do caderno eleitoral provisório, com indicação da data em que procedeu à sua afixação.
- Não existindo sede própria, a Mesa da Assembleia Geral ou no seu impedimento o Secretariado da Secção deverá afixar o caderno eleitoral provisório na sede da Concelhia ou Federação.
- Até 5 dias após a sua afixação (até 7 de maio), qualquer militante da Secção, poderá reclamar do caderno eleitoral provisório, para o Secretariado Nacional, que decidirá no prazo de 3 dias, efetuando as retificações que julgar procedentes e dando conhecimento à COC.

mar do caderno eleitoral provisório, para o Secretariado Nacional, que decidirá no prazo de 3 dias, efetuando as retificações que julgar procedentes e dando conhecimento à COC.

- As reclamações referidas no número anterior devem dar entrada, na Sede Nacional do Partido Socialista, dentro do prazo referido no número anterior (até 7 de maio).
- Para garantia da publicidade do caderno eleitoral provisório para além de afixado, este deve estar disponível para consulta pelos militantes da secção.

ARTIGO 5.º

CAPACIDADE ELEITORAL ATIVA E PASSIVA

- Têm capacidade eleitoral ativa e passiva, os militantes inscritos até seis meses antes do ato eleitoral (14 de dezembro de 2011), que tenham as quotas pagas até, pelo menos, o segundo semestre de 2011, nos termos do artigo 7.º do Regulamento de Quotização e como tal constem nos cadernos eleitorais definitivos.
- Para efeitos do número anterior, os militantes terão que ter as quotas regularizadas até ao 44.º ou 45.º dia anterior ao ato eleitoral (até 2 maio).
- Até ao 5.º dia após o prazo de regularização previsto no número anterior, as secções terão que enviar para a Sede Nacional, todos os documentos referentes ao pagamento de quotas (7 de maio).

ARTIGO 6.º

CADERNOS ELEITORAIS DEFINITIVOS

- Até ao 24.º ou 25.º dia anterior ao ato eleitoral (até 22 maio), o Secretariado Nacional, através do Departamento Nacional de Dados, emite o caderno eleitoral definitivo, remetendo para todas Secções do Partido Socialista, bem como à respetiva COC, devendo ser este o único a ser utilizado no decorrer de todo o processo eleitoral.
- Após a sua receção, a Mesa da Assembleia Geral ou no seu impedimento o Secretariado da Secção, deverá afixar nos termos do n.ºs 2 e 3 do artigo 4.º do presente Regulamento.
- Até 3 dias após a sua afixação (até 25 maio), qualquer militante da Secção, poderá reclamar do caderno eleitoral, nos termos do n.º 5 do artigo 4.º do presente Regulamento, para o Secretariado Nacional, que as decidirá no prazo de 2 dias, efetuando as retificações que julgar procedentes e dando conhecimento à COC.
- Para garantia da publicidade do caderno eleitoral para além de afixado, este deve estar disponível para consulta pelos militantes da Secção até ao final do ato eleitoral.

ARTIGO 7.º

REGIME DA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO

- O Presidente da Federação é eleito pelos militantes inscritos na área da Federação, com base em Programas ou Moções de Orientação Política.
- O Presidente da Federação é eleito por siste-

ma de lista uninominal e sufrágio direto, considerando-se eleito, o candidato que obtenha maioria absoluta dos votos expressos nos termos do n.º5, do artigo 47.º, dos Estatutos do Partido Socialista.

- Quando não se verificar a maioria exigida no número anterior, realiza-se nova Assembleia Eleitoral, nos 13 dias posteriores (até 28 de junho), entre os dois candidatos mais votados.

ARTIGO 8.º

APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURA

- A candidatura a Presidente da Federação, com indicação do respetivo mandatário, deve ser entregue à Comissão Organizadora do Congresso (COC), até ao 15.º ou 16.º dia anterior ao ato eleitoral (até 31 de maio), contra entrega de recibo.
- A candidatura a Presidente da Federação deve ser proposta por um número mínimo de 2% ou no mínimo por 80 militantes inscritos na área da Federação, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 47.º, dos Estatutos do Partido Socialista.
- Para apresentação do processo de candidatura, deve ser entregue em formato de papel e dele deve constar:
 - Indicação da eleição em causa;
 - Declaração de aceitação do candidato;
 - A Declaração de aceitação do Mandatário, na qual devem constar os elementos de identificação (nome completo, número de militante, secção em que se encontra inscrito), para futuras notificações sobre procedimentos eleitorais ou irregularidades;
 - Lista de proponentes, na qual devem constar os elementos de identificação (nome completo, número de militante, secção onde se encontra inscrito);
 - Programa eleitoral ou Moção de Orientação Política.
- A Comissão Organizadora do Congresso (COC) se verificar irregularidades processuais, notifica o mandatário, para que no prazo de 24 horas, possa sanar as irregularidades.
- Decorrido o prazo de suprimento, as candidaturas aprovadas pela Comissão Organizadora do Congresso (COC), devem ser remetidas ao Secretariado Nacional para publicação no sítio: www.ps.pt e/ou Ação Socialista.
- A COC enviará a todas as secções os boletins de voto a utilizar no ato eleitoral, bem como, a(s) candidatura(s), com a finalidade de ser(em) afixada(s) imediatamente pela Mesa da Assembleia Geral ou no seu impedimento pelo Secretariado da Secção.
- Até 2 dias antes do ato eleitoral, cada candidatura poderá realizar sessões de apresentação na sede da Federação, Concelhia ou Secções da Federação, devendo os Secretariados colocar à disposição da(s) candidatura(s) as instalações necessárias para o efeito.

CAPÍTULO II

ASSEMBLEIA ELEITORAL

ARTIGO 9.º

CONVOCATÓRIA

- A Assembleia Eleitoral para a Eleição do Pre-

sidente da Federação é convocada pelo Presidente da Comissão Política da Federação, ou quem este delegar, mediante aviso enviado a todos os militantes constantes do caderno eleitoral definitivo, até ao 8.º dia anterior ao ato eleitoral (7 ou 8 de junho), devendo também, ser afixada na secção.

- No referido aviso deve constar obrigatoriamente:
 - Ordem de Trabalho, tendo como pontos “Eleição do Presidente da Federação e Eleição dos Delegados ao Congresso”;
 - Dia, local, período de funcionamento e horário da Assembleia Eleitoral.
- A Assembleia Eleitoral deve realizar-se no dia 15 ou 16 de Junho de 2012.
- O período de votação deve ser consecutivo, por um período mínimo de 4 e um máximo de 6 horas, no local habitual de reunião dos militantes da Secção.

ARTIGO 10.º

ATO ELEITORAL

- A Assembleia Eleitoral será presidida pela Mesa da Assembleia Geral da Secção, ou no seu impedimento, pelo Secretariado da Secção.
- Cada candidatura poderá designar um representante efetivo e um suplente para fiscalizar a Assembleia Eleitoral.
- A eleição do Presidente da Federação efetuar-se-á por escrutínio secreto em urna própria para o efeito.
- Para exercer o direito de voto deverá ser apresentado o cartão de militante, acompanhado de bilhete de identidade/cartão de cidadão, carta de condução, passaporte ou dois militantes devidamente identificados que procedem identificação sob registo em ata.
- No decorrer do ato eleitoral, podem ser apresentados protestos, reclamações e requerimentos, lavrados em ata, que devem ser, obrigatoriamente, apensos à ata eleitoral.

ARTIGO 11.º

APURAMENTO, ATA E RECURSOS DA ASSEMBLEIA ELEITORAL

- Encerrada a votação, o Presidente da Assembleia Eleitoral procede à contagem dos boletins que não foram utilizados e dos que foram inutilizados pelos eleitores e encerra-os num subscreto próprio.
- Concluída a operação preliminar, o apuramento dos resultados deve ser efetuado nos seguintes termos:
 - Contagem do número de votantes pelas descargas efetuadas no caderno eleitoral;
 - Abertura da urna, a fim de se conferir o número de boletins de voto entrados;
 - Contagem dos votos.
- Realizado o apuramento, deve ser lavrada ata, na qual devem constar todos os elementos relevantes da Assembleia Eleitoral, nomeadamente:
 - Identificação da(s) candidatura(s) a sufrágio;
 - Nomes e números dos militantes, membros da mesa e do(s) delegado(s) das candidaturas que participaram no ato

- eleitoral;
- c) Deliberações relativas aos protestos, reclamações e requerimentos apresentados durante a votação;
 - d) Resultados finais da votação (número de inscritos no caderno, número de votos entrados na urna, número de votos atribuídos a cada candidatura, número de votos em branco, número de votos nulos);
 - e) Relação das reclamações, requerimentos ou declarações apresentadas e identificação dos signatários.
4. A ata deve ser assinada pela Mesa Eleitoral, pelo(s) representante(s) da(s) candidatura(s) e afixada uma cópia de imediato no local da Assembleia.
 5. A ata, a convocatória do ato eleitoral, os boletins de voto utilizados, as eventuais reclamações, requerimentos ou declarações apresentadas por escrito e o caderno eleitoral rubricado pelos votantes serão entregues à Comissão Organizadora do Congresso (COC), no prazo de 24 horas após o encerramento da mesma.
 6. Das deliberações da Mesa da Assembleia Eleitoral cabe recurso para a Comissão Organizadora do Congresso (COC) no prazo de 2 dias após o encerramento da urna (18 ou 19 junho).
 7. Os recursos das referidas deliberações devem ser decididos pela Comissão Organizadora do Congresso (COC), no prazo máximo de 2 dias, sobre o fim do prazo do recurso (20 ou 21 de junho).
 8. Das deliberações da Comissão Organizadora do Congresso (COC), cabe recurso a interpor no prazo de 24 horas, para a Comissão Federativa de Jurisdição, a qual deve decidir no prazo de 24 horas.
 9. Das deliberações da Comissão Federativa de Jurisdição cabe recurso para a Comissão Nacional de Jurisdição, a interpor no prazo de 24 horas, a qual deve decidir no prazo de 24 horas.
 10. A Comissão Organizadora do Congresso (COC) procederá ao apuramento final e fixará os resultados no prazo máximo de 2 dias úteis, sobre o fim do prazo de recurso (20 ou 21 de junho)

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 12º

PRAZOS

1. Os prazos constantes do presente regulamento são seguidos, prorrogando-se para o primeiro dia útil seguinte sempre que terminem num sábado, domingo ou feriado.
2. Com as exceções expressamente assinaladas no presente regulamento todas as diligências, reclamações e recursos e efetuar junto da COC terão de ser efetuadas no horário de funcionamento da sede da Federação.

ARTIGO 13º

INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO

A interpretação e integração de lacunas do presente regulamento, cabem à Comissão Organizadora do Congresso (COC) de cada Federação, tendo em conta o estabelecido nos Estatutos do Partido Socialista.

REGULAMENTO ELEITORAL DOS CONGRESSOS DAS FEDERAÇÕES

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 1º

ÂMBITO DO PRESENTE REGULAMENTO

O presente regulamento regula a eleição dos Delegados ao Congresso da Federação.

ARTIGO 2º

DO CONGRESSO DA FEDERAÇÃO

O Congresso da Federação é o órgão de apreciação política do Partido Socialista na área geográfica abrangida, competindo-lhe, por um lado, debater programas ou moções de orientação política e questões políticas de âmbito distrital ou regional, gerais ou sectoriais e, por outro, eleger a Comissão Política da Federação, a Comissão Federativa de Jurisdição, a Comissão de Fiscalização Económica e Financeira e militantes honorários.

ARTIGO 3º

COMISSÃO ORGANIZADORA DO CONGRESSO – COC

1. Até 60 dias antes da data prevista para a realização do Congresso da Federação (até 2 de maio) a Comissão Política da Federação (órgão deliberativo), elege, sob proposta do Secretariado da Federação, a Comissão Organizadora do Congresso (COC), nos termos do n.º 2, do artigo 50.º, e da alínea d), do n.º 2, do artigo 53.º, dos Estatutos do Partido Socialista.
2. A COC será composta por um número ímpar de cinco a nove militantes.
3. As deliberações da Comissão Organizadora do Congresso (COC), serão tomadas por maioria simples.
4. Compete à COC em especial:
 - a) Assegurar a regularidade de todo o processo organizativo do Congresso da Federação;
 - b) Elaboração do Regimento do Congresso da Federação, a distribuir por todos os delegados antes do início dos Trabalhos do Congresso;
 - c) Proceder à receção das Moções, textos de orientação política e outros documentos que devam ser apresentados ao Congresso da Federação;
 - d) Determinar o local de realização do Congresso da Federação;
 - e) Preparação e organização do processo eleitoral dos Delegados ao Congresso Federativo.

ARTIGO 4º

CADERNOS ELEITORAIS PROVISÓRIOS

1. Até 44 ou 45 dias anteriores ao ato eleitoral (até 2 de maio), o Secretariado Nacional, através do Departamento Nacional de Dados, emite os cadernos eleitorais provisórios, remetendo-os para todas as Secções do Partido Socialista e COC.
2. Após a sua receção, a Mesa da Assembleia Geral ou no seu impedimento o Secretariado da Secção deverá afixar de imediato e em local bem visível, uma cópia de caderno eleitoral provisório, com indicação da data em que procedeu à sua afixação.

REGULAMENTO ELEITORAL | ELEIÇÃO Comissão

3. Não existindo sede própria, a Mesa da Assembleia Geral ou no seu impedimento o Secretariado da Secção deverá afixar o caderno eleitoral provisório na sede da Concelhia ou Federação.
4. Até 5 dias após a sua afixação (até 7 de maio), qualquer militante da Secção, poderá reclamar do caderno eleitoral provisório, para o Secretariado Nacional, que as decidirá no prazo de 3 dias, efetuando as retificações que julgar procedentes e dando conhecimento à COC.
5. As reclamações referidas no número anterior devem ser entregues, presencialmente, na Sede Nacional por correio eletrónico ou via fax.
6. Para garantia da publicidade do caderno eleitoral provisório, cópia do mesmo deve estar afixada, para consulta dos militantes da Secção.

ARTIGO 5º

CAPACIDADE ELEITORAL ATIVA E PASSIVA

1. Têm capacidade eleitoral ativa e passiva, os militantes inscritos até seis meses antes do ato eleitoral (14 de dezembro de 2011), que tenham as quotas pagas até, pelo menos, o segundo semestre de 2011, nos termos do artigo 7.º do Regulamento de Quotização e como tal constem nos cadernos eleitorais definitivos.
2. Para efeitos do número anterior, os militantes terão que ter as quotas regularizadas até ao 44º ou 45º dia anterior ao ato eleitoral (até 2 maio).
3. Até ao 5.º dia após o prazo de regularização previsto no número anterior, as Secções terão que enviar para a Sede Nacional, todos os documentos referentes ao pagamento de quotas (7 de maio).

ARTIGO 6º

CADERNOS ELEITORAIS DEFINITIVOS

1. Até ao 24.º ou 25º dia anterior ao ato eleitoral (até 22 maio) o Secretariado Nacional, através do Departamento Nacional de Dados, emite o caderno eleitoral definitivo, remetendo para todas as Secções do Partido Socialista, bem como à respetiva COC, devendo ser este o único a ser utilizado no decorrer de todo o processo eleitoral.
2. Após a sua receção, a Mesa da Assembleia Geral ou no seu impedimento o Secretariado da Secção deverá afixar nos termos do n.ºs 2 e 3 do artigo 4.º do presente Regulamento.
3. Até 3 dias após a sua afixação (até 25 de maio), qualquer militante da Secção, poderá reclamar do caderno eleitoral, nos termos do n.º 5 do artigo 4.º do presente Regulamento, para o Secretariado Nacional, que as decidirá no prazo de 2 dias, efetuando as retificações que julgar procedentes e dando conhecimento à COC.
4. Para garantia da publicidade do caderno eleitoral provisório, cópia do mesmo deve estar afixada, até ao final do ato eleitoral para consulta dos militantes da Secção.

ARTIGO 7º

REGIME DA ELEIÇÃO DOS DELEGADOS AO CONGRESSO

1. Os Delegados ao Congresso da Federação são eleitos pelos militantes inscritos nas Secções de Residência e de Ação Sectorial da área da

- Federação, com base em Programas ou Moções de Orientação Política.
2. O número de delegados a eleger por cada Secção, a definir pela Comissão Organizadora do Congresso (COC), será proporcional ao número de militantes inscritos em cada Secção e constantes do caderno eleitoral definitivo.
 3. Os Delegados ao Congresso são eleitos através do sistema de representação proporcional pelo método da média mais alta de Hondt.

ARTIGO 8º

APRESENTAÇÃO DAS LISTAS

1. As listas de candidatura a Delegados ao Congresso da Federação devem ser entregues à Comissão Organizadora do Congresso (COC), até ao 4º ou 5º dia anterior ao ato eleitoral (11 de junho), na Sede da Federação, contra entrega de recibo.
2. A apresentação das listas de candidatura, deve ser entregue em formato de papel e dela deve constar:
 - a) Indicação da eleição em causa;
 - b) Declaração de aceitação individual dos candidatos, na qual devem constar os elementos de identificação (nome completo, número de militante, secção em que se encontra inscrito).
3. Cada delegado ao Congresso da Federação só pode ser proponente e candidato de uma lista.
4. As listas de candidatos a delegados ao Congresso da Federação, para além dos candidatos efetivos, devem indicar os candidatos suplentes em número não inferior a metade mais um dos efetivos.
5. A Comissão Organizadora do Congresso (COC) se verificar irregularidades processuais, notifica o primeiro candidato da lista, para que no prazo de 24 horas, possa sanar as irregularidades.
6. A COC enviará a todas as Secções os boletins de voto a utilizar no ato eleitoral, bem como, as listas de delegados, com a finalidade de serem afixadas imediatamente pela Mesa da Assembleia Geral ou no seu impedimento pelo Secretariado da Secção.
7. As listas de candidatos a delegados ao Congresso da Federação, deve obedecer ao disposto no n.º4, do artigo 116º, dos Estatutos do Partido Socialista e às disposições do n.º 2, do artigo 2, da Lei Orgânica n.º 3/2006 de 21 de Agosto, Lei da Paridade: “as listas não podem conter mais de dois candidatos do mesmo sexo, colocados, consecutivamente, na ordenação da lista”.

CAPÍTULO II

ASSEMBLEIA ELEITORAL

ARTIGO 9º

CONVOCATÓRIA

1. A Assembleia Eleitoral para a Eleição dos Delegados ao Congresso decorre em simultâneo com a Eleição do Presidente da Federação e é convocada pelo Presidente da Comissão Política da Federação, mediante aviso enviado a todos os militantes constantes do caderno eleitoral definitivo, até ao 8º dia anterior ao ato eleitoral (7 ou 8 de junho), devendo também, ser afixado na Secção.
2. No referido aviso deverá constar

O DOS DELEGADOS AO CONGRESSO DA FEDERAÇÃO

Nacional de 31 de março de 2012

obrigatoriamente:

- a) Ordem de Trabalho, tendo como pontos "Eleição do Presidente da Federação e Eleição dos Delegados ao Congresso";
 - b) Dia, local, período de funcionamento e horário da Assembleia Eleitoral.
3. A Assembleia Eleitoral deve realizar-se no dia 15 ou 16 de Junho de 2012.
 4. O período de votação deve ser consecutivo, por um período mínimo de 4 e um máximo de 6 horas, no local habitual de reunião dos militantes da Secção.

ARTIGO 10º

ATO ELEITORAL

1. A Assembleia Eleitoral será presidida pela Mesa da Assembleia Geral da Secção, ou no seu impedimento, pelo Secretariado da Secção.
2. Cada lista de delegados poderá designar um representante efetivo e um suplente para fiscalizar a Assembleia Eleitoral.
3. A eleição de delegados ao Congresso efetuar-se-á por escrutínio secreto em urna própria para o efeito.
4. Para exercer o direito de voto deverá ser apresentado o cartão de militante, acompanhado de bilhete de identidade/cartão de cidadão, passaporte, carta de condução ou dois militantes devidamente identificados que procedam à identificação sob registo em ata.
5. No decorrer do ato eleitoral, podem ser apresentados protestos, reclamações, requerimentos, lavrados em ata, que devem ser, obrigatoriamente, apensos à ata eleitoral.

ARTIGO 11º

APURAMENTO, ATAS E RECURSOS DA ASSEMBLEIA ELEITORAL

1. Encerrada a votação, o Presidente da Assembleia Eleitoral procede à contagem dos boletins que não foram utilizados e dos que foram inutilizados pelos eleitores e encerra-os num subscrito próprio fechado.
2. Concluída a operação preliminar, o apuramento dos resultados deve ser efetuado nos seguintes termos:
 - a) Contagem do número de votantes pelas descargas efetuadas no caderno eleitoral;
 - b) Abertura da urna, a fim de se conferir o número de boletins de voto entrados;
 - c) Contagem dos votos.
3. Realizado o apuramento, deve ser lavrada a ata, na qual devem constar todos os elementos relevantes da Assembleia Eleitoral, nomeadamente:
 - a) Identificação nominal da(s) lista(s) de candidato(s) a delegados ao Congresso e respetivo(s) programa(s) ou moções de orientação política;
 - b) Nome e números dos militantes, membros da mesa e dos delegados das listas de candidatos que participaram no ato eleitoral;
 - c) Deliberações relativas aos protestos, reclamações e requerimentos apresentados durante de votação;
 - d) Resultados finais da votação (número de votos entrados nas urnas, número de votos atribuídos a cada lista de candidatos a delegados ao Congresso da Federação, nú-

mero de votos em branco, número de votos nulos);

- e) Identificação dos delegados ao Congresso da Federação eleitos;
 - f) Relação das reclamações, requerimentos ou declarações apresentadas e identificação dos signatários.
4. A ata deve ser assinada pela Mesa Eleitoral, pelo(s) representante(s) da(s) candidatura(s) e afixada uma cópia de imediato no local da Assembleia Eleitoral.
 5. A ata, a convocatória do ato eleitoral, os boletins de voto utilizados, as eventuais reclamações, requerimentos ou declarações apresentadas por escrito e o caderno eleitoral rubricado pelos votantes serão entregues à Comissão Organizadora do Congresso (COC), no prazo de 24 horas após o encerramento da mesma.
 6. Das deliberações da Mesa da Assembleia Eleitoral cabe recurso para a Comissão Organizadora do Congresso (COC) no prazo de 2 dias após o encerramento da urna (18 ou 19 de junho).
 7. Os recursos das referidas deliberações devem ser decididos pela Comissão Organizadora do Congresso (COC), no prazo máximo de 2 dias, sobre o fim do prazo do recurso (20 ou 21 de junho).

8. Das deliberações da Comissão Organizadora do Congresso (COC), cabe recurso a interpor no prazo de 24 horas, para a Comissão Federativa de Jurisdição, a qual deve decidir no prazo de 24 horas.
9. Das deliberações da Comissão Federativa de Jurisdição cabe recurso para a Comissão Nacional de Jurisdição, a qual deve decidir no prazo de 24 horas.
10. A Comissão Organizadora do Congresso (COC) procederá ao apuramento final e fixará os resultados no prazo máximo de 2 dias úteis (20 ou 21 de junho), sobre o fim do prazo de recurso.

CAPÍTULO III

DO CONGRESSO DA FEDERAÇÃO

ARTIGO 12º

CONVOCATÓRIA

O Congresso da Federação é convocado pela Comissão Organizadora do Congresso (COC).

ARTIGO 13º

CANDIDATURAS AOS ÓRGÃOS DA FEDERAÇÃO

As listas de candidatos aos Órgãos da Federação, com exceção das candidaturas a Presidente da

Federação, devem ser apresentadas no Congresso, no prazo e nos termos do Regimento e subscritas pelo número de delegados exigido estatutariamente, de acordo com o n.º 3 e 4, do artigo 47.º, dos Estatutos do Partido Socialista.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 14º

PRAZOS

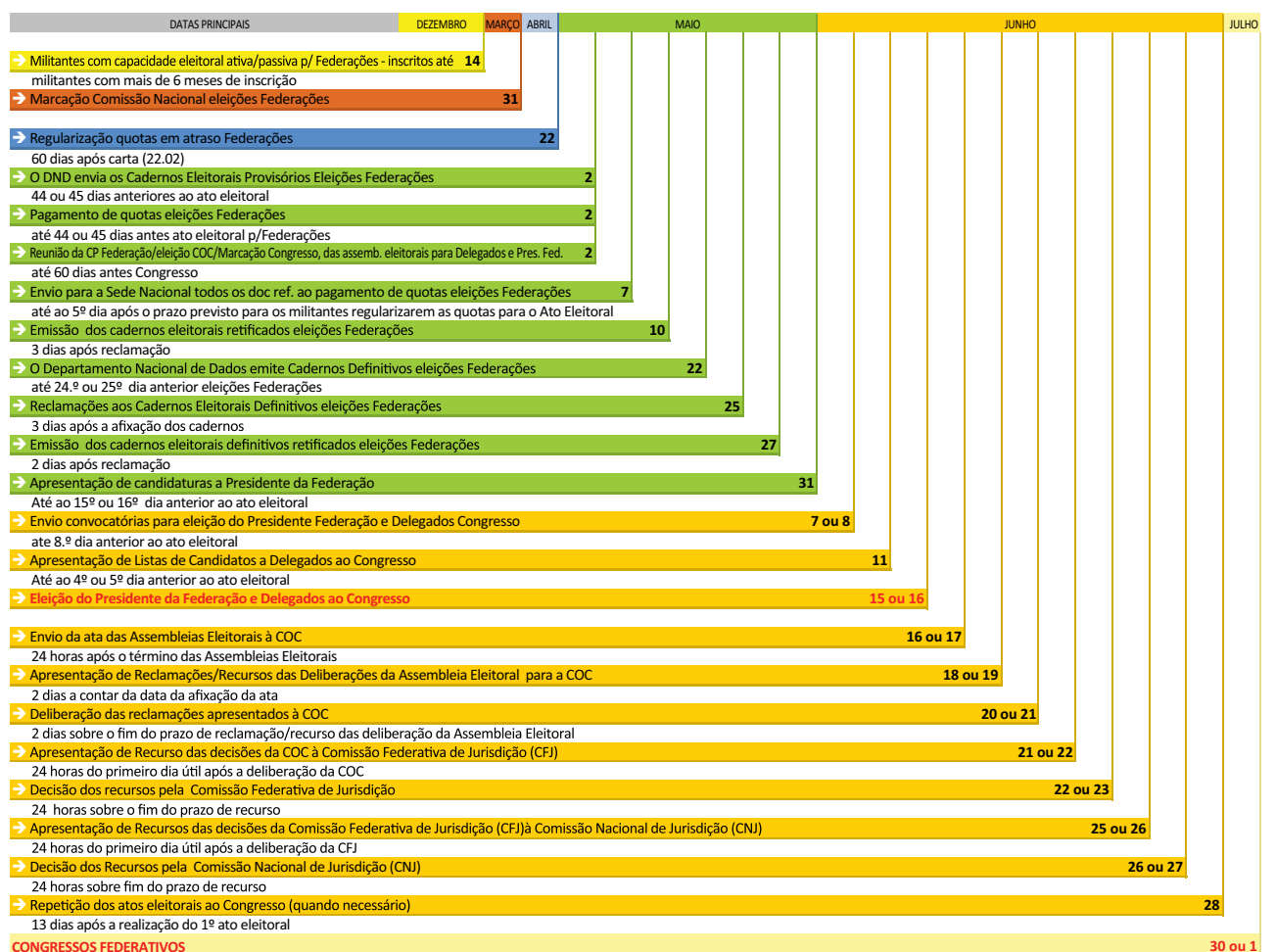
1. Os prazos constantes do presente regulamento são seguidos, prorrogando-se para o primeiro dia útil seguinte sempre que terminem num sábado, domingo ou feriado.
2. Com as exceções expressamente assinaladas no presente regulamento todas as diligências, reclamações e recursos a efetuar junto da COC terão de ser efetuadas no horário de funcionamento da sede da Federação.

ARTIGO 15º

INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO

A interpretação e integração de lacunas do presente regulamento, cabem à Comissão Organizadora do Congresso (COC) de cada Federação, tendo em conta o estabelecido nos Estatutos do Partido Socialista.

MAPA CRONOLÓGICO PRAZOS E PROCEDIMENTOS ELEITORAIS - CONGRESSOS FEDERATIVOS E ELEIÇÃO DE DELEGADOS E PRESIDENTE DE FEDERAÇÃO E ELEIÇÃO CPC



CATARINA MARCELINO,
PRESIDENTE DO DNMS

“Lei da paridade não resolve tudo”



As alterações legais no âmbito da igualdade de género e da paridade são vitórias dos governos do PS que devem orgulhar-nos, como socialistas, mas não são a solução para tudo, alerta Catarina Marcelino, presidente do Departamento Nacional de Mulheres Socialistas (DNMS), nesta entrevista ao “Acção Socialista”. **MARY RODRIGUES**

O que mudou no Departamento Nacional das Mulheres Socialistas desde que foi eleita presidente desta estrutura?

Estamos a executar um plano de atividades muito virado para a formação e para a capacitação das mulheres para a política que está a ser articulado com os departamentos federativos.

Em novembro passado fizemos uma ação de formação de formadoras, com base no projeto das dinamarquesas do Women Can Do It, que envolveu mais de 20 formandas de todo o país, incluindo a Região Autónoma da Madeira.

Estamos, pois, a preparar mulheres para participar de uma forma mais ativa e efetiva nas listas das autárquicas que se realizarão no próximo ano. É um investimento que, acreditamos, terá repercussões nas eleições de 2013.

Quais os principais projetos e iniciativas do DNMS neste 2012 de todas as dificuldades?

O DNMS está a participar ativamente na revisão dos Estatutos e lançou um debate amplo sobre esta estrutura, que precisa de ser repensada e melhorada, do ponto de vista do seu funcionamento, para que possa ser mais útil ao partido.

Após uma discussão muito plural e participada, chegámos a um documento final que traduz a vontade maioritária de manter vivo o Departamento, com algumas mudanças, nomeadamente na sua

designação e missão: propomos chamar-se Departamento Nacional das Mulheres Socialistas e da Igualdade de Género.

Assim, propomo-nos ter uma missão mais abrangente, mas continuaremos a trabalhar em defesa da igualdade entre homens e mulheres, porque na sociedade e na política continuam a ser evidentes as desigualdades.

Sente preconceitos no PS relativamente ao Departamento?

Não de uma forma objetiva, mas, subjetivamente, há de facto preconceito relativamente ao DNMS. É preciso não esquecer que esta estrutura é aquilo a que se chama discriminação positiva. Ele não é para ser o reduzido do chá das tias. Estamos aqui para fazer política, para sermos úteis e ajudar o partido. Eu costumava dizer que não queremos ser aparte, queremos ser parte do partido.

Como descreve a relação entre o DNMS e a atual direção do PS no ciclo encetado com a sua liderança?

A nossa relação é muito boa e positiva. Aliás, temos a certeza de que o secretário-geral tem genuínas preocupações nesta área, tal como ficou patente nas atividades do 8 de março na qual António José Seguro tomou parte.

O que falta fazer para operar a mudança de paradigma que tornará a sociedade do

século XXI efetivamente mais paritária?

É precisamente isso: mudar o paradigma. Até agora avançámos muito a nível legal, mas, a lei da paridade não resolve tudo.

Ainda vivemos no paradigma do início do século XX, com um modelo no qual as mulheres desempenham um papel reprodutor e os homens um papel produtor.

O que é preciso é olhar para elas também como produtoras e que eles assumam mais o seu papel no seio familiar e em casa.

Portanto, a mudança necessária deve operar-se ao nível da conciliação da vida familiar com a vida profissional e no acesso das mulheres ao poder e à tomada de decisão. É nesta arena que tudo se joga e não apenas na esfera da legislação.

Como pode operar-se, na prática, essa mudança?

No curto prazo teremos de ir mais longe e operar outra mudança legislativa, nomeadamente no que diz respeito à licença parental, no sentido de que ela seja verdadeiramente partilhada por homens e mulheres, ficando ambos em casa com os bebés o mesmo tempo. Assim, com a legislação a dar direitos aos pais e às mães em igualdade, os empregadores serão obrigados, na prática, a olhar para homens e mulheres da mesma maneira.

Receia que a crise que vivemos, agravada pela austeridade im-

posta pelo Executivo de direita, anule os avanços alcançados e promova um retrocesso nesta área?

Até ao momento não há propostas em cima da mesa, quer da parte do Governo, quer na Assembleia da República, que ponham causa o nosso, dos socialistas, grande avanço nas políticas de igualdade: a lei da paridade, a despenalização da interrupção voluntária da gravidez, a licença de paternidade, o programa PARES, a lei do divórcio, a atenção dada à violência doméstica. Mas, a agenda política e governativa não contemplam as questões da igualdade, estando exclusivamente centradas nas questões económicas e isso é perigoso e estou convencida de que poderá haver retrocessos nesta área se partidos como o PS não estiverem muito vigilantes.

Perante os números negros do desemprego nacional, qual é a situação das mulheres?

A situação das mulheres é bem pior do que a dos homens, não só no número de ativas desempregadas, mas também no que se refere ao desemprego de longa duração. Além disto, há muitas mulheres incluídas nos processos de despedimento coletivo e com contratos a termo a acabar. Ainda no desemprego jovem, as raparigas são mais afetadas também.

O que deve fazer o PS?

O PS já está a fazer. No dia 8 de

março apresentou uma recomendação e uma resolução na Assembleia da República para que o Governo levasse à Concertação Social um pacto para a igualdade, tendo em conta esta situação, mas a maioria de direita chumbou a iniciativa. Agora, é preciso continuar a apresentar propostas no Parlamento, destacar esta questão na sua agenda política e não se calar, alertando a sociedade portuguesa.

Considera que na frequentemente invocada necessidade de refundar o PS há um papel central a desempenhar pelas mulheres?

Não me parece que o PS, a sua ideologia, os seus valores ou princípios precisem de ser refundados. Precisamos é de achar formas criativas de operacionalizar a ideologia socialista.

Sabemos que a sustentabilidade do Estado Social está em risco com o envelhecimento da população e que é preciso que as mulheres tenham mais filhos, pelo que é urgente apostar em políticas públicas que promovam a natalidade. Não se trata de uma despesa, mas de um investimento.

Por outro lado, se o PS integrar de forma equitativa mais mulheres e mais homens, a pensarem e agirem enquanto partido, mais experiências e realidades esprelhadas nas suas propostas, indo mais e melhor ao encontro do que as pessoas precisam. ●

ANTÓNIO COSTA LANÇA “CAMINHO ABERTO”

A política ao serviço do bem comum

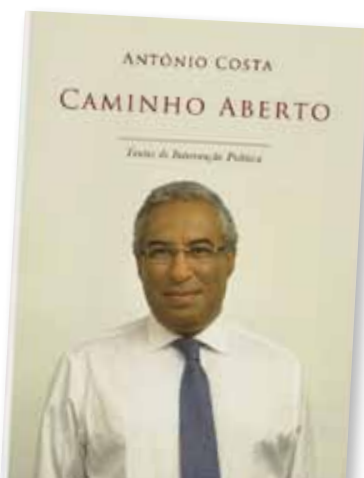
António Costa afirmou, no dia 15 de Março, que gosta de ser político, “porque a política é uma forma honrada e digna de viver e servir a comunidade”. **J. C. CASTELO BRANCO**

As palavras de António Costa foram proferidas na sessão de lançamento do seu livro “Caminho aberto”, que decorreu na estação do Rossio. Uma obra dividida em 11 capítulos onde são abordados temas como, por exemplo, a imigração, a Europa, a justiça, a segurança interna, o sistema político e judicial e uma questão recorrente, Lisboa, que é uma marca indelével do seu percurso político ao serviço de causas e do bem comum.

Numa intervenção que se seguiu à apresentação do seu livro pelo ex-presidente da Assembleia da República Jaime Gama, António Costa referiu que o seu livro “não é de memórias, nem de balanço da sua atividade política”, mas antes “um prestar de contas” do que tem feito nestes primeiros 20 anos de percurso.

É um livro que, segundo o presidente da Câmara de Lisboa, contém “textos de intervenção política, marcados por valores, ideais e por vontade de prosseguir projetos e objetivos”.

António Costa fez um particular enfoque na sua condição de político, dizendo que cada vez mais se sente desconfortável quando no preenchimento de impressos



“A atividade política motiva-se por ideais, pela ambição de os realizar, a determinação de resolver problemas, o gosto de conceber projetos e criar equipas para o executar e uma forte vontade de fazer”

António Costa
“Caminho aberto”

escreve advogado como sendo a sua profissão. “Cada vez me sinto menos advogado e cada vez me sinto mais político e, sobretudo nos últimos tempos, tenho vontade de pôr um cartão de visita a dizer político”.

E acrescentou na parte final da sua intervenção que foi “muito importante” para a sua formação “ter sido militante da JS”, criticando o facto de hoje ser moda dizer-se mal das organizações de juventude.

Antes, Jaime Gama, a quem coube a apresentação do livro, perante uma multidão de amigos de jornada e de partido, ex-

-presidentes da República, ex-governantes, deputados e personalidades da cultura e de vários quadrantes político-ideológicos, elogiou o percurso político de António Costa, marcado por “um reformismo pragmático com valores” e pela “transformação e reformas com resultados”.

Para o ex-presidente da Assembleia da República, António Costa tem ainda um particular gosto pelas “disputas políticas que se saldaram por um risco. Gosta de se confrontar com o risco eleitoral”, já que, frisou, “é aí que encontra força para realizar obra”.

O POEMA DA VIDA DE...

Amar! Florbela Espanca

Eu quero amar, amar, perdidamente!
Amar só por amar: Aqui ... além ...
Mais Este e Aquele, o Outro e toda a gente ...
Amar! Amar! E não amar ninguém!

Recordar? Esquecer? Indiferente! ...
Prender ou desprender? É mal? É bem?
Quem disser que se pode amar alguém
Durante a vida inteira é porque mente!

Há uma Primavera em cada vida:
É preciso cantá-la assim florida,
Pois se Deus nos deu voz, foi pra cantar!

E se um dia hei-de ser pó, cinza e nada
Que seja a minha noite uma alvorada,
Que me saiba perder... pra me encontrar...



“Como se os excessos de austeridade já não fossem por si só suficientes, a maioria dá, entre os seus protagonistas, claros sinais de desentendimento”



QUEM NADA TEM A DIZER SOBRE O FUTURO!

José Junqueiro
Jose.Junqueiro@ps.parlamento.pt

Nas últimas semanas o Governo tem acrescentado tensão social a uma opinião pública que há muito não conhece uma palavra de esperança!

O aumento exponencial do desemprego, a inexistência de oportunidades de um primeiro trabalho para os jovens ou a ausência de medidas concretas para estimular o crescimento e o emprego têm defraudado expectativas e provocado quebras máximas, históricas, na economia e no índice de confiança dos consumidores.

Como se os excessos de austeridade já não fossem por si só suficientes, a maioria dá, entre os seus protagonistas, claros sinais de desentendimento, seja na intendência dos lugares, na privatização da RTP, na extinção de freguesias ou numa exposição política mínima do responsável máximo do CDS.

Constatamos que a este cenário se soma agora uma relação mais difícil entre o Executivo de Passos Coelho e o Presidente da República. Entre os esforços para negar este ambiente e as afirmações que o confirmam, todos concluem pelo menos uma coisa: esta co-operação institucional já conheceu dias melhores!

Por outro lado, um primeiro-ministro que afirmou, aquando do entendimento final com o CDS, “não usaremos nunca a situação que herdámos como desculpa para o que tivermos que fazer... Portugal terá um governo que nunca se irá desculpar com o passado”, não para de se desdizer. Tem explorado ao máximo esse passado, já julgado pelo eleitorado, procurando mesmo uma imagem negativa de tudo aquilo que internacionalmente foi considerado bom: saúde, educação, segurança social, acesso à internet, banda larga, massificação de equipamentos informáticos, “Novas Oportunidades”, energias renováveis, seja lá o que for, tudo está mal. Tudo é transformado em mais uma desculpa indevida!

Não é uma atitude avisada para o Governo e muito menos para o país. Para o Governo, porque a última novidade que temos é sobre a sua desagregação, como se percebeu pelo “apagar da luz” ao findo secretário de Estado da Energia. E para o país, porque todos damos conta que só se concentra no passado quem nada tem para dizer sobre o futuro! ●

“Temos que ser percebidos na sociedade portuguesa como um partido credível e efectivamente aberto à participação cívica dos militantes e dos simpatizantes”



ALTERNATIVA

Carlos Zorrinho

czorrinho@ps.parlamento.pt

Termina no final deste mês o processo de debate interno e com a sociedade civil com vista à modernização dos Estatutos do PS. Os Estatutos são uma peça meramente instrumental no funcionamento de um partido, mas definem uma matriz de relacionamento interno e externo determinantes para o seu sucesso.

Num momento em que a crise económica e social tem muito de crise de representação, é a partir dum novo e moderno quadro de funcionamento que o nosso partido pode consolidar a alternativa política que tem vindo a construir no novo ciclo e de que a sociedade portuguesa tanto necessita.

Temos que ser percebidos na sociedade portuguesa como um partido credível e efectivamente aberto à participação cívica dos militantes e dos simpatizantes. Neste contexto, os processos de escolha e de decisão têm que ser absolutamente transparentes e têm que ser criados patamares de participação flexível com direitos e deveres bem definidos.

Uma gestão adequada das bases de dados e o uso das novas ferramentas tecnológicas de participação interactiva podem e devem complementar os mecanismos de militância directa.

O LIPP – Laboratório de Ideias e Projetos para Portugal terá neste domínio um papel decisivo e deverá multiplicar-se em redes de formação de propostas e soluções sectoriais ou territoriais, articulando com as estruturas do partido e com o Grupo Parlamentar. O Grupo Parlamentar do PS tem hoje um regulamento proposto pelo secretário-geral, António José Seguro, e aprovado pelos seus membros que é um exemplo de máxima liberdade e máxima responsabilidade.

Ser pioneiro nem sempre é um caminho fácil. O pioneirismo na relação aberta com a sociedade civil tem no entanto feito do PS o partido mais forte e socialmente enraizado da nossa democracia e conduzir-nos-á a um novo ciclo de vitórias eleitorais.

Um novo ciclo de políticas e de vitórias para o qual o Grupo Parlamentar do PS, com a riqueza da sua diversidade e a solidez dos valores e das competências que o estruturam, dará um contributo solidário e determinante. ●

TRÊS PERGUNTAS A JOÃO CRAVINHO

O Presidente da República enviou para o Tribunal Constitucional o projecto de lei que criminalizava o enriquecimento ilícito. Qual é a sua opinião sobre este diploma?

Tenho uma visão diferente da visão do PSD/CDS relativamente à criminalização do enriquecimento não transparente ou não justificado de funcionários públicos, como tal definidos em legislação penal. A minha abordagem não levanta qualquer espécie de inconstitucionalidade. O Presidente da República fez bem em mandar o diploma para o tribunal constitucional, considerando as falhas que lhe são imputadas ao diploma, designadamente, pelo principal partido da oposição.

O Partido Socialista apresentou recentemente um conjunto de iniciativas legislativas no sentido de combater a corrupção e aumentar a transparência, iniciativas essas que foram chumbadas pela maioria PSD/CDS-PP. Depois desta atitude, como é que vê a posição da maioria de direita no combate à corrupção?

O chamado pacote da transparência proposto pelo PS foi chumbado na totalidade. Algumas das propostas têm mérito, por exemplo, a extensão do acesso às contas bancárias e a adoção de um princípio de pro-actividade por parte da Administração em matéria do acesso dos cidadãos à informação. Estranho que o PSD/CDS não as tenham viabilizado, com manifesto prejuízo da sua coerência no campo do combate contra a corrupção e a favor da transparência. Mas para nós, socialistas, o grande problema de fundo deverá ser que o seu chumbo te-



nha acontecido sem que tal tenha chocado profundamente a opinião pública e publicada. Mesmo a própria comunicação social limitou-se a fazer do caso um relato factual desvalorizado. Porquê? A resposta é simples mas terrível: tudo se passou como se o PS não tivesse a credibilidade mínima para apresentar propostas válidas e importantes de combate à corrupção. Como se só pudesse propor lateralidades. É a consequência natural da desastrosa postura assumida desde 2006 até ao início desta legislatura. Também não ajuda nada o facto de aqueles que hoje se apresentam como os credibilizadores da dedicação do PS ao combate à corrupção sejam exactamente os mesmos que a opinião pública identifica inequivocamente com a desastrosa orientação de 2006 e anos seguintes.

O comportamento recente do PS quanto à criminalização do enriquecimento não transparente só podia reforçar essa desconfiança. Compreende-se perfeitamente que o PS não tenha dado o seu acordo à criminalização do enriquecimento ilícito, tal como proposto pelo PSD e CDS. O que não se compreende é que os preâmbulos das propostas do PS sejam a exaltação mais expressiva possível do execio-

nal primado do princípio da transparência como condição *sine qua non* da credibilidade das instituições democráticas para daí se tirar a conclusão de que o enriquecimento não transparente não justificado não tem a menor relevância criminal autónoma, ficando-se por mero ilícito fiscal. Maior incoerência não é possível. Já é preciso ter muita vontade de chutar a bola para o pinhal. E todos se aperceberam disso, parece.

Em termos de luta contra a corrupção e contra o enriquecimento ilícito, a sua posição é largamente conhecida. Tendo em conta existência de uma vontade política da Direcção do PS e do Grupo Parlamentar de lutar por uma maior transparência, qual é que é a questão fundamental que urge resolver de forma a debelar estes flagelos?

A linha-mestra das minhas propostas é a prevenção, acima de tudo, e a severa punição da corrupção, em sentido lato, incluindo o tráfico de influências, como grave ofensa ao bem jurídico constitucionalmente garantido da credibilidade das instituições democráticas. O PS e o seu Grupo Parlamentar conhecem muito bem essas propostas. ●